

## **ALTERAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO, PROFERIDAS PELO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.**

***Patricia Gonçalves dos Santos<sup>1</sup>, Robernei Aparecido Lima<sup>2</sup>***

<sup>1</sup>Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Ciências Contábeis, Avenida Dr. Januário Miraglia, 03 – Vila Abernêssia CEP 12460-000 – Campos do Jordão SP, [pattydudug@hotmail.com](mailto:pattydudug@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Avenida Shishima Hifumi, 2911 Urbanova CEP 12244-000 - São José Campos - SP, [robernei@univap.br](mailto:robernei@univap.br)

**Resumo** – O tema deste artigo está relacionado às alterações nas demonstrações contábeis das empresas de capital aberto, promovidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), a relevância deste trabalho se dá em função do crescimento global das organizações e negócios, cuja principal ferramenta de controle e análise é a contabilidade, havendo a necessidade de se promover no Brasil harmonização contábil com as normas internacionais, para que se estabeleça uma padronização nas linguagens técnicas utilizadas. A problemática apresentada no trabalho pode ser descrita como seguinte questão: quantos e quais são os pronunciamentos relacionados diretamente às alterações nas demonstrações contábeis? Este trabalho tem como objetivo mostrar objetivos, características e finalidade de cada um dos pronunciamentos proferidos pelo CPC. A metodologia utilizada neste trabalho se dá através de pesquisa bibliográfica com a utilização de fontes primárias e secundárias. Concluiu-se que existem 45 pronunciamentos emitidos pelo CPC e que deste total, 14 estão ligados às alterações nas demonstrações contábeis das empresas de Capital aberto.

**Palavras-chave:** Contabilidade, CPC, Demonstrações Contábeis.

**Área do Conhecimento:** Contabilidade

### **Introdução**

O tema deste artigo está relacionado às alterações nas demonstrações contábeis das empresas de capital aberto, promovidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A relevância deste trabalho se dá em função do crescimento global das organizações e negócios, cuja principal ferramenta de controle e análise é a contabilidade, havendo a necessidade de se promover no Brasil harmonização contábil com as normas internacionais, para que se estabeleça uma padronização nas linguagens técnicas utilizadas. O órgão responsável por esse processo no país é o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Este órgão emite pronunciamentos que regulam e disciplinam práticas contábeis harmonizadas com a linguagem internacional da contabilidade. Servindo de fonte de pesquisas em geral, principalmente aos estudantes de ciências contábeis e aos profissionais da área. A problemática apresentada no trabalho pode ser descrita como a seguinte questão: quantos e quais são os pronunciamentos relacionados diretamente às alterações nas demonstrações contábeis?

O objetivo do trabalho é mostrar objetivos, características e as finalidades dos pronunciamentos voltados às alterações nas demonstrações contábeis das empresas de capital aberto. Por se tratar de um assunto muito recente, uma vez que a legislação que trata das mudanças

nas práticas contábeis (Lei 11.638/07) foi promulgada em 2007, poucos são os profissionais que estão produzindo estudos sobre essa temática, destacam-se estudos de José Carlos Marion, Denise Andrade, Mônica Vanessa Encinas Villela.

### **Metodologia**

Este modelo foi elaborado A metodologia utilizada neste trabalho se dá através de pesquisa bibliográfica com a utilização de fontes primárias (legislação: normas do próprio CPC, Lei 11.638/07) e secundárias (livros, artigos, internet). Onde se irá estabelecer toda a fundamentação teórica do trabalho.

### **Projeto de pesquisa**

Segundo Barros (2005), o Projeto de Pesquisa apresenta uma série de funções importantes:

- 1) Pode constituir uma "carta de intenções" através da qual o pesquisador apresenta sua proposta para uma Instituição;
- 2) Pode configurar o retrato de uma pesquisa em andamento;
- 3) Pode se transformar em um precioso instrumento para o diálogo científico e acadêmico;
- 4) Pode configurar um instrumento importante para a elaboração de idéias e para auto-esclarecimento de quem o produz;

- 5) Pode funcionar como um eficaz roteiro de trabalho ou instrumento de planejamento;  
6) Pode desempenhar o importante papel de um instrumento direcionador da pesquisa, entre outras funções importantes.

Um projeto de pesquisa pode ser desenvolvido com a finalidade de qualquer natureza, como por exemplo, pesquisa direcionada à ciência contábil.

### A Ciência Contábil

Segundo Fashl et all (2007), a ciência contábil é a ciência social que estuda e controla o patrimônio das entidades mediante o registro dos dados, com a finalidade de oferecer informações sobre sua composição e suas variações. Desenvolvendo assim a contabilidade.

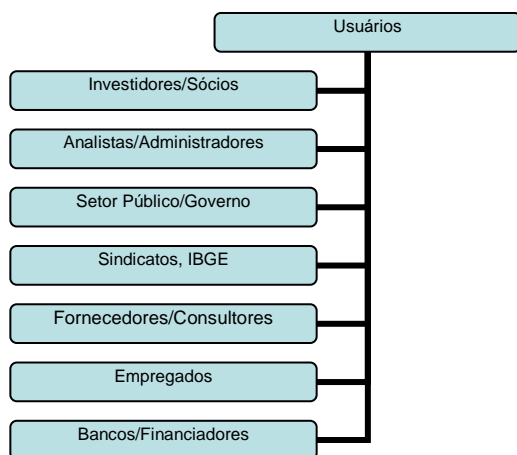
### Contabilidade

Segundo Marion (2007), Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar imposto e a torna obrigatória para a maioria das empresas.

Como a contabilidade vem ganhando cada dia mais espaço, varias pessoas passaram a utilizá-la.

### Usuários da contabilidade

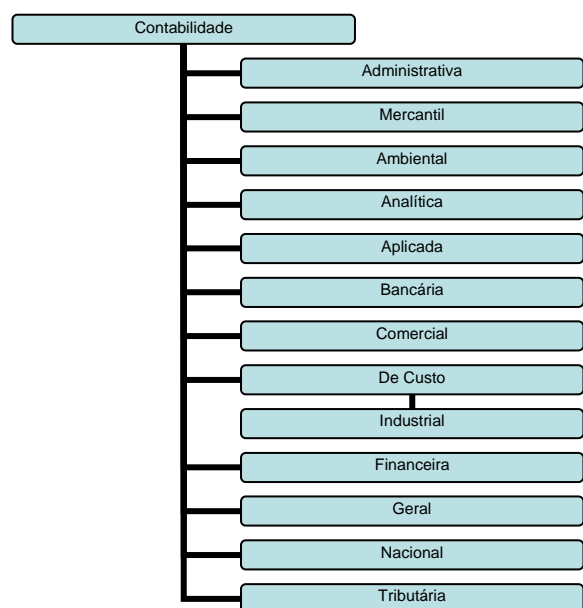
Segundo Marion (2009), os usuários da contabilidade são as pessoas que se utilizam dela, e que se interessa pela situação de sua empresa, buscando assim na Contabilidade suas respostas. Isso faz com que surjam várias ramificações para a contabilidade. Podemos ver a seguir os usuários da contabilidade:



### Ramos da contabilidade

Segundo Ferreira (2010), para efeitos didáticos, a Contabilidade normalmente é dividida em áreas ou ramos. Esta divisão tem por objetivo o aprimoramento das técnicas aplicadas a determinadas atividades ou pessoas e o estudo de aspectos específicos da Contabilidade. As áreas da Contabilidade podem ser estudadas de forma outônoma. No entanto, elas não são matérias independente, pois tem o mesmo objeto que a Contabilidade ou seja, tratam do mesmo assunto: o patrimônio. Desta forma a Contabilidade pode ser dividida. E para que se estabelecesse uma linguagem contábil no Brasil com as normas internacionais, foi preciso criar uma harmonização contábil.

Veja na tabela abaixo alguns ramos da contabilidade.



### Harmonização Contábil

Segundo Villela (2009) a harmonização contábil pode ser conceituada como o processo de trazer os padrões contábeis internacionais para algum tipo de acordo, de forma que as demonstrações contábeis de diferentes países sejam preparadas segundo um conjunto comum de princípios de mensuração.

A harmonização não objetiva chegar a normas uniformes, mas a obter equivalência e comparabilidade. Harmonização é um processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permita reconciliar os sistemas contábeis com outros países de modo a

melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas.

No Brasil o órgão responsável por todo esse processo de harmonização é o CPC (*Comitê de Pronunciamentos Contábeis*).

### CPC-Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Segundo o Ministério da Fazenda (2011) a entidade autônoma criada pela Resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1.055/05. O CPC tem como objetivo estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre Procedimentos de Contabilidade e divulgar informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (IFRS).

Segue abaixo os órgãos que compõem o CPC. Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2009).

Órgãos que compõem o CPC	
Abrasca	Associação Brasileira das Companhias Abertas
Apimec	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BM&FBovespa	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
Fipecafi	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
Ibracon	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

### IFRS

Segundo Andrade (2008) as Normas Internacionais de Contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standard) são um conjunto de pronunciamentos de contabilidade publicados e revisados.

O objetivo principal dessas demonstrações é dar informações sobre a posição financeira, as mudanças nessa posição e os resultados de determinada entidade, que sejam úteis aos investidores, governos e instituições financeiras.

O CPC foi criado pela Lei 11638/77 com a finalidade de introduzir e alterar as regras contábeis, estabelecendo uma harmonização na linguagem contábil do Brasil com as normas internacionais.

### Lei 11638/07

Segundo Silva Filho (2009) a Lei 11638/07, promulgada em 28 de dezembro de 2007, entrou em vigor em primeiro de janeiro de 2008 no Brasil, vindo alterar e introduzir novos dispositivos a Lei das sociedades por ações. O seu principal objetivo é a alteração das regras contábeis. Algumas das mudanças são:

- a) Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR), pela demonstração do fluxo de caixa (art. 176, IV);
- b) Criação de dois novos grupos de contas conforme o art. 178;
- c) Alteração no critério de avaliação de coligadas art. 248;
- d) Criação da reserva de incentivos fiscais, com contabilização sendo realizada diretamente no resultado do exercício, como estabelece a norma internacional (art. 195ª).

### Resultados

Observa-se na tabela a seguir todos os pronunciamentos contábeis proferidos pelo CPC.

**Tabela 1: Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo CPC**

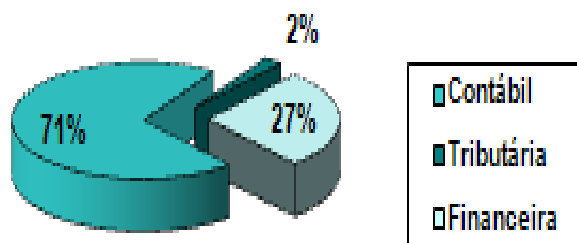
Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo CPC	
CPC	Área de interesse
<b>01,04,25,27,29,31</b>	Alterações em itens dos ativos
<b>02</b>	Transações em moeda
<b>03</b>	Fluxo de caixa
<b>05,09,12,13,15,21,22,23,24,26,36,37,43</b>	<b>Demonstrações contábeis*</b>
<b>06</b>	Arrendamento mercantil
<b>07</b>	Subvenção governamental
<b>10,41</b>	Mudança em ações contábeis
<b>08,16,20,33</b>	Alterações nos custos
<b>11,17</b>	Alterações na elaboração de contratos
<b>30</b>	Alterações nas receitas
<b>32</b>	Alterações nos tributos
<b>38,39,40</b>	Instrumentos financeiros
<b>18,19,28,35</b>	Mudanças de investimentos
<b>14</b>	Cancelado
<b>34,42,44</b>	Aguardando discussão no IASB
<b>PME</b>	Contabilidades para pequenas e medias empresas

\* Pronunciamentos que irão ser trabalhados neste artigo

Fonte: O Autor

O gráfico a seguir mostra a porcentagem de todos os pronunciamentos proferidos pelo CPC, separado por área (71% contábil, 27% tributária e 2% financeira).

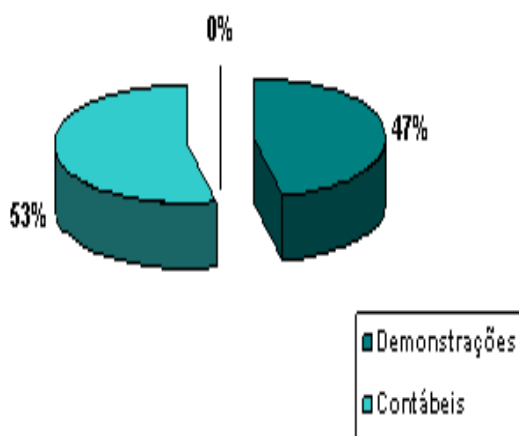
**Gráfico 1: Pronunciamentos emitidos pelo CPC**



Fonte: O Autor

O gráfico a seguir mostra a porcentagem dos pronunciamentos direcionados a temática contábil sendo 53%, destacando os que tratam das alterações nas demonstrações contábeis 47%.

**Gráfico 2: Pronunciamentos direcionados a temática contábil**



Fonte: O Autor

A tabela a seguir mostra os 14 pronunciamentos voltados as alterações nas demonstrações contábeis das empresas de capital aberto, cada em desses em sua devida área de interesse.

**Tabela 2: Pronunciamentos Direcionados as alterações nas Demonstrações Contábeis.**

Pronunciamentos Direcionados as alterações nas Demonstrações Contábeis	
CPC	Área de interesse
05, 22,35 e 36	Alterações nas demonstrações contábeis de empresas controladas, coligadas e partes relacionadas
09	Critérios para elaboração de Demonstrações do Valor Adicionado (DVA).
12	Alterações do valor presente em elementos do Ativo e passivo na elaboração da demonstração como DRE e Balanço Patrimonial.
13 e 37	Alterações que asseguram que as primeiras demonstrações contábeis estejam de acordo com as novas práticas contábeis estabelecida pelo IASB
15 e 23	Alterações nas demonstrações que estabelecem maior confiabilidade nas informações apresentadas.
21	Alterações nas demonstração Intermediarias
24	Alterações na contabilização das demonstrações em períodos subseqüentes
26	Requisitos gerais para apresentações das demonstrações
43	Diretrizes para que as demonstrações estejam de acordo com o IASB

Fonte: O Autor

## Discussão

Refletindo sobre a problemática apresentada no trabalho que trata de mostrar quantos e quais são os pronunciamentos contábeis proferidos pelo CPC, relacionados diretamente com as alterações nas demonstrações contábeis das empresas de capital aberto, observou-se com base nos dados levantados através de pesquisa, que existem 45 pronunciamentos emitidos pelo CPC, e que deste total, 14 pronunciamentos estão ligados diretamente as alterações nas demonstrações contábeis das empresas de capital aberto.

Os pronunciamentos 05, 22, 35 e 36 tem como objetivos divulgar informações sobre os usuarios das demonstrações, avaliação da natureza e os efeitos financeiros das atividades de negocios nos quais as empresas estão envolvidas e os ambientes econômicos em que opera, e a contabilização de investimentos em controladas e coligadas; o CPC 09 tem como objetivo estabelecer critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que representa um dos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela



entidade e sua distribuição durante determinado período; o CPC 12 trata de estabelecer requisitos básicos da Apuração do Ajuste do Valor Presente de elementos do Ativo e do Passivo no que diz respeito à elaboração das demonstrações contábeis, permitindo a correção de eventos passados já registrados e traz melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos; o CPC 13 e 37 tem como objetivo assegurar que as primeiras demonstrações (Balanço de Abertura) estejam de acordo com as novas práticas contábeis estabelecidas pelo IASB, ou seja, que contenham informações de alta qualidade, sendo transparente para os usuários em relação a todos os períodos apresentados, proporcionando uma ponte de partida adequada para as contabilizações de acordo com o IFRS e que as demonstrações possam ser geradas a um custo que não supere os benefícios; o CPC 15 e 23 tem como objetivo aumentar a confiabilidade nas demonstrações contábeis de forma geral, permitindo comparabilidade ao longo do tempo das demonstrações de outras entidades, e retificação de erros; o CPC 21 tem como seu objetivo esclarecer o conteúdo mínimo de uma demonstração intermediária (Balancete) e os princípios para mensuração e reconhecimento de demonstrações completas ou condensadas de período intermediário. As demonstrações tempestivas e confiáveis habilitam investidores, credores e outros usuários, a entender a capacidade da entidade em gerar lucros e fluxos de caixa, sua condição financeira e de liquidez; o CPC 24 determina ajustes nas informações que a entidade deve divulgar: as datas em que são concedidas autorizações para a emissão das demonstrações contábeis sobre os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem; o CPC 26 tem por objetivo estabelecer requisitos e diretrizes, para assegurar a comparabilidade das demonstrações de uma determinada organização com períodos anteriores e com demonstrações de outras entidades; o CPC 43 tem por objetivo fornecer diretrizes para que as demonstrações que estão de acordo com os Pronunciamentos Técnicos, estejam dentro das normas do IASB, sendo assim, a entidade deve aplicar este pronunciamento as primeiras demonstrações consolidadas, individuais e separadas elaboradas a partir das datas determinadas pelos órgãos reguladores brasileiros.

### Conclusão

A contabilidade é um instrumento de suma importância e indispensável para a sociedade, por fornecer o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora das empresas.

Suas ramificações possibilitam o aprimoramento das técnicas aplicadas, com o objetivo de controlar e analisar o patrimônio das entidades. Devido ao crescimento global das organizações e negócios, cuja principal ferramenta de controle e análise é a contabilidade, havendo a necessidade de se promover no Brasil harmonização contábil com as normas internacionais, para que se estabeleça uma padronização nas linguagens técnicas utilizadas. O órgão responsável por esse processo no país é o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), criado pela Lei 11638/07, para introduzir e alterar as regras contábeis, sendo composto por seis entidades (Abrasca, Apimec, BM&F Bovespa, CFC, Fipecafi, Ibracon).

Conclui-se que o CPC emitiu até então 45 pronunciamentos tratando de assuntos específicos nas áreas contábil, tributária e financeira. Deste total, 14 pronunciamentos estão ligados diretamente às diretrizes que compatibilizam as demonstrações brasileiras com as normas do IASB e que promovem as alterações nas demonstrações contábeis das empresas de Capital aberto (Balanço Patrimonial, Balanço Social, Demonstração do Fluxo de caixa DRE, DVA, Demonstrações intermediárias, Balancetes, Balanço de abertura).

### Referências

ANDRADE, Denise, IFRS (2008). Disponível em: <http://www.mbatreinamentos.com.br/carrega-artigo.php?id=15>. Acesso em 11 de abril de 2011.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História*. [S.l.]: Editora Vozes, 2005. ISBN 978-85,326-3182-4

CPC, Órgão que compõem o CPC (2009). Disponível em: <http://www.cpc.org.br/index.php>. Acesso em 13 de abril de 2011.

FAHL, Alessandra Cristina, et all, Programa do Livro Texto, “**Contabilidade**”, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

FAZENDA, Ministério da, CPC (2011). Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Contabilidade/cp.c.htm> acesso em 04 de maio 2011.

FERREIRA, Ricardo J., Ramos da Contabilidade (2010). Disponível em: [http://www.vemcursos.com/arquivo/aulas/Ricardo\\_Contab\\_Cap1.pdf](http://www.vemcursos.com/arquivo/aulas/Ricardo_Contab_Cap1.pdf). Acesso em 16 de março de 2011.

# XVINIC

Encontro Latino Americano  
de Iniciação Científica

# XI EPG

Encontro Latino Americano  
de Pós Graduação

# VINIC Jr

Encontro Latino Americano  
de Iniciação Científica Júnior

MARION José Carlos, **Contabilidade Básica** -10.  
ed. -2.reimpr. –São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos, **Contabilidade Básica**.-  
8.ed.-2.reimpr.-São Paulo: Atlas, 2007

SILVA FILHO, Gilberto Magalhães, Lei 11638  
(2009). Disponível em:  
<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=detalhesArtigosPublicados.jsp&cod2=1310> acesso  
e 08 de abril de 2011

VILLELA, Mônica Vanessa Encinas,  
Harmonização contábil (2010). Disponível em:  
<http://www.etecnico.com.br/paginas/mef8948.htm>.  
Acesso em 10 de abril de 2011.